



História da Historiografia: International
Journal of Theory and History of
Historiography

E-ISSN: 1983-9928

historiadahistoriografia@hotmail.com

Sociedade Brasileira de Teoria e História
da Historiografia

Peres Costa, Wilma

Escavando ruínas: memória, fronteira e escrita da História na narrativa de Alfredo
Taunay

História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography,
vol. 9, núm. 22, 2016, pp. 15-41

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=597769577003>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

Escavando ruínas: memória, fronteira e escrita da História na narrativa de Alfredo Taunay

Excavating ruins: memory, frontier and the writing of History in Alfredo Taunay's narratives

Wilma Peres Costa

wilma_peres@uol.com.br

Professora adjunta

Universidade Federal de São Paulo
Rua Piauí, 413, ap. 43 - Higienópolis
01241001 - São Paulo - São Paulo
Brasil

Resumo

O trabalho analisa o texto *A cidade de Mato Grosso (Vila Bela), o rio Guaporé e sua mais ilustre vítima*, de Alfredo Taunay (Visconde de Taunay), publicado na *Revista do IHGB* em 1891, como produto expressivo de um contexto de renovação das percepções historiográficas, a década que sucedeu à Proclamação da República. Procura entender esse trabalho como um “estudo histórico” (o termo é de seu autor) composto uma grande variedade de elementos – memória familiar, poesia, literatura, análise documental, crítica de fontes, resultando em um rico exemplar das possibilidades de convergência entre a escrita de si e a escrita da história.

Palavras chave

IHGB; Romantismo; República; Memória.

15

Abstract

The work approaches the text *The city of Mato Grosso (Vila Bela), the Guaporé River and its most illustrious victim*, by Alfredo Taunay (Viscount of Taunay, published in IHGB Magazine in 1891. This text is considered as an expressive outcome of a context of renewal of historiographical perceptions, the decade that followed the proclamation of the Brazilian Republic. It seeks to understand this work as an “historical study” (the term is utilized by Taunay himself) composed by a wide variety of elements - family memory, poetry, literature, documental analysis, criticism of sources, resulting in a rich example of the possibilities of convergence between writing itself and the writing of history.

Keywords

IHGB; Romantism; Republic; Memory.

Recebido em: 16/11/2015

Aprovado em: 15/7/2016

[...] é de uma das salas do abandonado palácio dos antigos capitães-generais de Mato Grosso que vos dirijo essas linhas, dessas imensas salas testemunhas outrora das festas de uma corte assídua junto aos depositários da autoridade real, e que agora, silenciosas, não repetem senão o surdo ruído do inseto que rói a madeira ou os passos do curioso que percorre seu recinto. Tudo ficou no mesmo estado desde o dia em que a sede do governo foi transferida para Cuiabá: a mobília, as pinturas, os armários, as mesas de trablaho, tudo ficou. Os pátios estão cheios de erva: por toda a parte vêm-se os sinais destruidores do abandono, e o combate das coisas existentes contra o tempo. Tudo representa a morte. [...] Uma das portas, que dão acesso para o interior, abre sobre o pátio. Por aí é que entrei. Nada tinha sido aberto. Havia, pois, um cheiro de bafio que, unido à escuridão, produzia sensação enimamente triste: *a de um herdeiro que vem tomar posse da morada de seus antepassados.* Cada passo acordava um eco sonoro que o repetia além [...] Em tudo isso falaremos, quando tornar a ver-vos. Muito tenho que contar".
Adrien Taunay, a seus irmãos (1828).

16

O trecho em epígrafe é parte de uma carta enviada pelo jovem viajante e pintor Adrien Aimé Taunay (1803-1828), a última que ele enviou a seus irmãos Félix e Theodore, moradores então do Sítio da Cascatinha, na Tijuca, em 1828. Adrien, Félix e Theodore eram filhos do pintor Nicolau Taunay (1755-1830), que viera ao Brasil na comitiva de artistas franceses recebida por D. João VI, que a memória familiar viria a consagrar como a *Missão Francesa de 1816* (TAUNAY 1956; PEDROSA 1998; SCHWARCZ 2008). Durante sua curta e fecunda estadia no Rio de Janeiro, Nicolau, pintor de relativo renome na França, participara do processo de implantação da Academia de Belas Artes, no Rio de Janeiro e retornara à França em 1821 com seus outros dois outros filhos, Hypolite e Charles Auguste, não sem antes fazer nomear seu promogênito, Félix Émile (1795-1881), também pintor, para a direção da Academia (LIMA 1994; DIAS 2009). Reiterando a inserção da família no Brasil, sem perder o contato com a matriz francesa, o segundo dos irmãos que permaneceram no Brasil, Theodore Taunay iria, por sua vez, galgar importantes postos na representação consular dos interesses franceses no Brasil, tendo substituído o Conde de Gestas, aquele que iniciara, na Tijuca, a reunião dessa variada e ativa colônia de franceses que, tangida pelas várias marés revolucionárias, viera a se estabelecer no Rio de Janeiro e iniciar o plantio de café (MARQUESE 2001).

Adrien escrevia da cidade de Vila Bela, no Mato Grosso, para onde se adiantara de seus companheiros de viagem em um momento de acirramento do conflito com o Barão Langsdorff, chefe da ambiciosa e quase lendária expedição que pretendia percorrer o interior do Brasil, partindo do sistema fluvial paulista e buscando sua conexão com o sistema amazônico (COSTA; DIENER 2014). A carta comunicava aos irmãos distantes sentimentos sombrios e descrevia com palavras de grande poder evocativo o palácio dos capitães-generais, em Vila Bela, no Mato Grosso. Terminava de modo enigmático: "sejam felizes, é o que meu coração vos deseja e não se esqueçam que eu sou infeliz. Meu caráter é melancólico, embora eu mostre exteriormente, uma aparência de alegria".

Dias depois, o jovem Adrien viria a morrer afogado nas águas do Rio Guaporé, que tentara atravessar a nado, em meio a um violento temporal. O episódio trágico consternou profundamente não apenas seus familiares e companheiros de expedição, mas reverberou na vasta rede de cientistas e artistas viajantes da qual Adrien fazia parte desde a mais tenra juventude, quando, com apenas 14 anos, participara, como desenhista, da viagem de circunavegação comandada por Freycinett, a bordo da Fragata *Uranie* entre 1817 e 1820 (COSTA 2007; COSTA 2012).

Adrien, apesar de sua juventude, era já um veterano viajante, pintor exímio e dotado de outros talentos e habilidades artísticas. Sua morte trágica, cercada de circunstâncias dignas do herói romântico que seus familiares e contemporâneos nele reconheciam, deu-se em um ponto do território brasileiro que se revestia de um forte peso simbólico. A “fronteira do Guaporé” foi um dos poucos trechos demarcados entre as possessões portuguesas e espanholas em meados do século XVIII, como parte das negociações que cercaram a assinatura do Tratado de Madri (1750) (CORTESÃO 1950). Esse ponto em que as bacias platina e amazônica quase se tocavam formava uma importante referência das políticas ilustradas, como parte do formidável sistema de fronteiras líquidas que ajudavam a configurar o mito da Ilha Brasil, vale dizer o imaginário de um território totalmente protegido por fronteiras naturais (KANTOR 2007). Ele havia sido palmilhado na grande viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792) e ciosamente defendido de olhares que não inspirassem confiança à política portuguesa (o acesso foi negado a Humboldt, por exemplo). A expedição Langsdorff era a primeira a ter licença para refazer essa trajetória, que foi descrita por outro de seus participantes como uma “viagem fluvial do Tietê ao Amazonas” e tinha no rio Guaporé seu ponto nevrálgico.

O episódio trágico de Adrien em Vila Bela inspirou Alfredo Taunay (1843-1898), então já Visconde de Taunay, seu sobrinho, a escrever um de seus textos mais fascinantes e complexos, guiado pelas fontes familiares (inclusive aquelas deixadas pelo próprio Adrien) e por uma extensa pesquisa documental. Alfredo Taunay era filho de Félix, que além de pintor e diretor da Academia por longos anos, era dentre os Taunay o mais próximo da família Imperial. Como professor do jovem imperador, Félix desfrutou do seu convívio e da sua amizade desde que D. Pedro II era ainda um adolescente assustado com a antecipação da maioridade e das pesadas tarefas que o aguardavam no governo do Império do Brasil. A amizade perdurou durante toda a vida, pontilhada por visitas semanais para ler as notícias do mundo, para falar de arte e de literatura, entre outros interesses comuns.

Não por acaso é ao Imperador D. Pedro II, então no exílio, que Alfredo Taunay dedica o texto que temos em tela, texto que o seu autor denominou “estudo histórico”, publicado na *Revista do IHGB* em 1891 (TAUNAY 1891, p. 1-108).

O trabalho extenso e composto de fragmentos heterogêneos, onde a literatura se interpola à narrativa histórica, não teve fortuna crítica significativa,

em meio à grande e variada obra de Alfredo Taunay (MARETTI 2006; BAREL 2002; CASTRILLON-MENDES 2008). Ele ficou incompleto e seu autor lamenta tê-lo iniciado desde a sua primeira versão, queixando-se em vários momentos de sua correspondência da dificuldade de publicá-lo e da fria recepção que o cercara. Poucos foram também os comentadores entre os estudiosos atuais de sua escrita (MARETTI 2006; HARDMAN 1996).

Não obstante, como procuraremos demonstrar nesse artigo, esse texto apresenta um interessse particular para os historiadores por variados motivos. O primeiro e mais evidente para os estudiosos do pensamento de Alfredo Taunayé a percepção de que esse estudo histórico representa uma viragem em sua extensa obra, diferenciando-se dos trabalhos anteriormente escritos para a *Revista do IHGB*, precisamente pelo seu caráter “histórico”. Outro motivo, não menos importante, refere-se ao momento em que ele foi escrito, tanto no que tange ao contexto mais amplo (os anos que se seguem à queda do Império) como ao contexto mais particular de sua vida e produção literária. A escrita do “estudo histórico” se dá em momento muito próximo daquele em que o Visconde de Taunay encetou as suas Memórias, sugerindo uma complexa e fascinante relação entre história e memória, entre escrita de si e escrita da história.

De cronista a historiador?

18

Antes do texto que temos em tela, a trajetória de Alfredo Taunay nesse templo da escrita da história do Império que foi a *Revista do IHGB* fora, sobretudo, a do “cronista”, ou seja, aquele que, como testemunha ocular relata o que viu para registro dos coevos e apreciação dos pôsteros. Seu passaporte de entrada na *Revista* (onde ele assina como Bacharel Alfredo d’Escagnolle Taunay) foi a *Viagem de regresso do Mato Grosso à Corte* (TAUNAY 1869), relatando o retorno da Guerra do Paraguai, sem, entretanto, tratar especificamente do conflito bélico ao longo da narrativa. O texto foi publicado antes de sua obra mais conhecida sobre a Guerra do Paraguai, *A Retirada da Laguna* (1871) e estava impregnada por essa pulsão do retorno, característica da narrativa de viagem desde sua mais remota origem (*A Odisseia*, por exemplo) (HARTOG 2001). A forma histórica dessa pulsão no século XIX, tempo marcado pela expansão da leitura e pela circulação dos impressos, foi a estreita imbricação entre a viagem e a publicizaçāodo seu relato. Esta é o que se esperava do viajante em seu regresso e, mesmo, durante a sua própria realização, entretecendo a experiência da viagem com a construção da narrativa e sua publicação (VENAYRE 2007). À estreia, em 1869, seguiu-se, ainda na *Revista do IHGB* o relato da expedição ao Matto Grosso (TAUNAY 1874), realizada em 1865 e publicada em 1874, sem que outros episódios da Guerra merecessem de Alfredo Taunay outras intervenções na *Revista*. A partir de 1875, ele apareceu sobretudo como ‘tradutor’ dos textos do viajante/desenhistas francês Hercule Florence (embora inserisse no trabalho longo e denso comentário) (FLORENCE 1875) e como organizador do *Vocabulário da língua Guaná ou Chané*, além

das múltiplas orações fúnebres ou saudações laudatórias, tão ao gosto do Instituto (GUIMARÃES 1988, 2007; GUIMARÃES 2013, ENDERS 2000). Esses escritos (exceção feita às orações fúnebres) estão fortemente ancorados em narrativas que tratam do tempo presente e na força do testemunho ocular. Esse molde tinha, no Instituto, sua expressão destacada em Gonçalves de Magalhães (PUNTONI 1997), onde a narrativa de guerra, então uma guerra interna expressava a apropriação do território e de suas populações por um centro político que se impunha sobre os sertões e sobre as dissídias regionais, como a Balaiada.

Em Taunay, essa chave era a do domínio da natureza e da missão civilizatória sobre as populações sertanejas, em uma guerra onde o território, em sua vastidão, parece ser um adversário mais temível do que o estrangeiro ou o habitante dos sertões (SUSSEKIND 1990; 1996).

A mudança representada pelo artigo sobre Vila Bela repousa, sobretudo, nesse olhar retrospectivo que justifica a qualificação de “estudo histórico” dada pelo seu autor, que o fez publicar na *Revista do IHGB* em momento em que esta instituição, que gravitara sempre em torno da Coroa e de seus apoiadores, recebia de forma intensa o impacto da mudança do regime. A incursão que aqui fazemos tem em conta, assim, a missão que nela veem os apoiadores da monarquia decaída nos primeiros anos da República. Em sua temática mais ampla – a elaboração de uma “monografia” sobre uma região afastada e estratégica do território brasileiro, o estudo de acontecimentos históricos lá transcorridos, sobretudo conflitos intestinos e rebeliões debeladas pelo poder Imperial, o estudo se insere na tradição consolidada dos artigos da *Revista*. Da mesma forma, as “ruínas” se inserem também entre as temáticas fundadoras do Instituto e da *Revista*.¹ O que torna peculiar o tratamento que lhe dá o Visconde de Taunay é precisamente essa mescla heterogênea de procedimentos que aproximam seu autor do exercício do ofício do historiador, em um tempo como para a identificação de novas percepções do tempo e de uma nova consciência histórica.

19

A desilusão republicana: um tempo propício à História?

Refletindo sobre os turbulentos tempos em que vivera, o diplomata e homem de letras René de Chateaubriand (1768-1848) considerava que existiam épocas “propícias à História”. Escrevendo em 1819, quando se consolida através da carta constitucional a monarquia restaurada, esse pensador que apreciava as transições e o sentimento do “entre-tempos”, via os franceses “entre dois impérios, onde um termina e outro começa”, o que lhes possibilitava lançar os olhos ao mesmo tempo para o passado e para o futuro. Essa condição transitiva tinha seu fundamento na situação peculiar em que “restam ainda monumentos suficientes da monarquia antiga para que possamos conchecê-la bem, enquanto

¹ Ver, por exemplo, a célebre “Relação histórica de uma occulta e grande povoação antiqüíssima, sem moradores, que se descobriu no anno de 1753, nos sertões do Brasil; copiada de um manuscrito da Bibliotheca Publica do Rio de Janeiro”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, v. 1, n. 3, p. 193-200, 1839.

que os momentos da monarquia que se ergue, nos oferecem *em meio às ruínas*, o espetáculo de um novo universo".²

No século XIX, as ruínas do passado (Grécia, Roma, Palestina, Egito) exercearam grande atração sobre os viajantes e os narradores e se tornaram um dos principais topos da narrativa romântica. Meditar sobre elas foi prática e tema de poetas, romancistas e também de historiadores, estando presentes em distintos gêneros de narrativa como o relato de viagem, a memória e a autobiografia, esses últimos gêneros particularmente expressivos do século XIX.³ No caso em tela, Chateaubriand se referia, como é sabido, à Revolução Francesa e à experiência inédita de "aceleração do tempo" que ela havia trazido para o cotidiano dos homens, fenômeno que permitia ver ruínas do passado e vislumbrar o futuro em esboço. Entre um mundo que acaba e outro que começa, a monarquia aparece como um traço de continuidade dentro da ruptura; elevando-se "entre as ruínas", ela prefigura um "novo universo", mediando entre o passado e o futuro. Se as ruínas são aqui o testemunho de um passado que pode ser "visto" e percebido pelo seu vestígio, a monarquia é um monumento (algo que dura e que persiste) em contraste com as "ruínas", expressão do desastre e da devastação.

A percepção do tempo remete àquela tantas vezes citada metáfora do rio e das duas margens, uma conhecida que se abandona com tristeza e outra desconhecida das quais se aproxima com esperança nessa expressão do "estar entre" presente em ambas as formulações. Vale notar, entretanto, que, nesse caso, não temos as ruínas para testemunhar o passado. Antes, é a figura do homem que atravessa o rio, do nadador, quem estabelece o elo entre o passado e o futuro, é o indivíduo portador das inquietações e das esperanças, esse produto do século XIX, o "homem" e o "seu" tempo.⁴

É relevante observar que a primeira imagem provém de uma reflexão sobre a *escrita da história*, a segunda de um exercício da *escrita de si*, ambas, entretanto, alimentadas pelo fluxo turbulento de um tempo que se acelera e que desafia a compreensão. Uma e outra se nutrem desse sentimento de aceleração e de ruptura que permite um olhar sobre o passado e o rascunho de um projeto de futuro.

Creio ser possível considerar que, no Brasil, a primeira década republicana foi um desses períodos propícios à reflexão histórica, pela motivação que a

² No original: "L'époque où nous vivons est essentiellement propre à l'histoire : placés entre deux empires dont l'un finit et dont l'autre commence, nous pouvons porter également nos regards sur le passé et dans l'avenir. Il reste encore assez de monuments de l'ancienne monarchie pour la bien connaître, tandis que les monuments de la monarchie qui s'élève nous offrent au milieu des ruines le spectacle d'un nouvel univers. Nous-mêmes, avec nos malheurs et nos crimes, nous venons nous placer dans ce tableau ; du moins, si notre siècle est peu fécond en grands hommes et en grands exemples, il est fertile en grands événements et en grandes leçons". René de Chateaubriand, *Le Conservateur*, 8 janvier 1819.

³ O texto clássico é C.F.C. Volney, *Les Ruines Ou Méditations Sur Les Révoltes Des Empires, Par M. Volney, Député a L'Assemblée Nationale De 1789*, Geneve, logo traduzida em diversas línguas, inclusive o português, C. F. C. Volney, *As ruínas, ou meditação sobre as revoluções dos impérios*. Lisboa: Typ. de Desiderio Marques Leão, 1822. Tradução de Pedro Cyriaco Silva.

⁴ No original: "Je me suis rencontré entre les deux siècles comme au confluent de deux fleuves; j'ai plongé dans leurs eaux troublées, m'éloignant à regret du vieux rivage où j'étais né, et nageant avec espérance vers la rive inconnue [...]" (CHATEAUBRIAND 1952, p. 933-934).

aceleração das mudanças trazidas pela queda do Império, pela Abolição e pela nova organização federativa suscitou tanto para os que eram favoráveis ao novo regime como para aqueles que foram derrotados por ele, promovendo um olhar sobre o passado, no qual se embute a própria possibilidade de uma nova “periodização” ao abarcar o Império como um *continuum*. Esse esforço atinge tanto os *loci* já consagrados da reflexão histórica no século XIX, como o Instituto Histórico e seus congêneres nos estados, como outros espaços da cultura impressa que nesse momento emergiam ou se ressignificam (como a *Revista Brasileira*, que vem a ser refundada em 1895). De fato, na primeira década republicana proliferaram os “Balanços” do período imperial. Predominaram aqueles de corte político e econômico, favorecidos pelos anos de instabilidade financeira que marcou o período. É o caso da *Resenha Financeira do Ex Império do Brasil em 1889*, de Amaro Cavalcanti e, no âmbito dos monarquistas a *História Financeira e Orçamentária do Império do Brasil*, de Liberato Castro Carreira, também de 1889, como também exercícios do que hoje se chamaria de *História do Tempo Presente* – balanços do breve período republicano movidos pelo afã comparativo como o organizado por Affonso Celso de Assis Figueiredo, visconde de Ouro Preto, *A década republicana*, em 8 volumes, entre 1899-1901. Nos redutos republicanos repontam os movimentos em favor de uma releitura do passado em que a república e não a tradição monárquica possuiriam ancestralidade e enraizamento na tradição brasileira, do qual *Origens Republicanas*, de Felício Buarque, de 1896, foi um dos exemplares mais expressivos. Naqueles de corte positivista, o combate pela memória ganhava uma pedagogia cívica, em obras como *Festas Nacionais*, de Rodrigo Octavio (1893), que buscava estabelecer um calendário de festividades adequado às crenças republicanas, onde ganhavam relevo os vultos como o de José Bonifácio e Tiradentes, bem como alguns personagens das lutas regenciais, que passava a lidar com a leitura menos partidarizada do Barão do Rio Branco em *Efemérides Brasileiras*, que vinha saindo no *Jornal do Brasil*, desde 1891.

21

O tema em si é extremamente rico e merece tratamento mais alongado em outro espaço (ALONSO 2009), mas é importante mencioná-lo aqui como o cenário em que, na sua inserção particular, os “reformadores monárquicos”, como Joaquim Nabuco e Alfredo Taunay vão desenvolver sua experiência de escrita histórica. Tendo vivido os primeiros anos da proclamação da República como uma derrota política e uma catástrofe pessoal e financeira, eles foram impulsionados para o exílio na *república das letras*, envolvendo-se ativamente tanto no esforço de manutenção dos espaços tradicionais de sociabilidade letrada, como o IHGB, como no estabelecimento de novos espaços, como o generoso círculo de intelectuais que abrigava letreados de variadas tendências políticas, e que veio a desaguar na refundação da *Revista Brasileira* (1895). Aparentemente, foi Machado de Assis o grande animador desse esforço de escrita biográfica/histórica, estimulando especialmente Joaquim Nabuco e Alfredo Taunay a empreender narrativas sobre o período monárquico ancoradas

na vertente biográfica ou autobiográfica (NABUCO 1928; ALONSO 2007). É verdade que o tempo convidava ao exercício desses outros gêneros históricos até então pouco cultivados como a autobiografia, como as *Memórias* de Taunay, iniciadas em 1891, ou formas renovadas da biografia da qual Joaquim Nabuco viria a ser o expoente mais importante, com o livro *Um Estadista do Império*, publicado entre 1899 e 1900.

Visões do passado, modos de registro

O registro do passado monárquico, o tempo da monarquia e o sentimento que ele inspira, parece que aqui era bem distinto daquele que inspirara Chateaubriand em sua fala anteriormente citada. Aqui, o tempo da monarquia é um monumento a ser construído no contexto de uma nação que é entendida como mergulhada no caos e na ausência de horizonte de expectativa. Ela não pode “iluminar”, mas precisa ser registrada para um tempo histórico que se vê como capaz de apagar seus feitos e mesmo a sua existência.

Em Nabuco, a escrita da *História do Império*, e, mais do que isso, a escrita do passado ibérico, é assim um combate prioritário, obra que faz convergir a “piedade filial” à “piedade nacional”. É assim que ele se expressa em seu discurso de recepção no Instituto Histórico e Geográfico em 1896, em que encarava o seu papel no Instituto como ligado a três motivos principais. O primeiro, ligava-se aos “trabalhos e pesquisas para escrever a vida de meu pai, o senador Nabuco. Ele tinha o costume, desde jovem, de guardar tudo o que lhe dizia respeito assim como a cópia da sua correspondência, e depois [...] formara o que chamava pecúlios, grandes volumes em que reunia opúsculos, artigos de jornais, cartas, manuscritos relativos a cada assunto da administração ou da política. Essa abundância de fontes que, segundo Nabuco, possibilitava uma vasta visão do homem público e de sua época, só o fazia lamentar a perda de tantos arquivos que estariam sendo legados ao esquecimento. É ao Instituto e aos historiadores (como Capistrano de Abreu) que ele confia a missão de proteger esses arquivos, perguntando “onde estão os papéis dos Andradinhos, de Feijó, de Olinda, de Vasconcelos, de Paraná, de tantos outros vultos da nossa história parlamentar?”.

A entrada no instituto era assim um protesto, um recrutamento de vontades para uma campanha contra “a indiferença que deixa desaparecer as fontes de informação histórica, os pergaminhos de família, o quadro íntimo, quando mais não seja, de todas as vidas notáveis”. Aliado a esse esforço, encontrava-se o que ele chamou de um motivo de piedade nacional: a necessidade de defender a própria história contra a ameaça trazida pela visão mutiladora dos republicanos, especialmente em sua vertente positivista. Dizia ele:

Nossa história está atravessando uma crise que se pode resolver, quem sabe, por sua mutilação definitiva. Uma escola religiosa – se se pode dar com propriedade o nome de religião a uma crença que suprime Deus – mais política em todo caso do que religiosa, pretende reduzir a história nacional a três nomes: Tiradentes, José Bonifácio e Benjamin Constant. Abstraio de fazerem o Brasil datar suas tradições somente da Independência,

atribuindo-se assim à história portuguesa, antes do que à brasileira, como se então não existissemos, a glória, os esforços de quantos lutaram para povoar, criar, conservar essa nossa nacionalidade durante os seus três primeiros séculos, direi somente que esquecer na história do Brasil a luta holandesa é esquecer a página sem igual deheroísmo e afirmação nacional do nosso passado (NABUCO 1901, p. 117).

Alinhando-se decididamente ao ideário da formação da nacionalidade a partir da colonização portuguesa e da ordem monárquica, tão cara ao Instituto, Nabuco focalizava seus argumentos na defesa do período Imperial como objeto historiográfico, sem o que “A ideia é a de que entre Tiradentes e José Bonifácio, de um lado, e Benjamin Constant, de outro, isto é, entre a Independência e a República, estende-se um longo deserto de quase 70 anos, a que posso dar nome de deserto do esquecimento” (NABUCO 1901, p. 118).

É notório como em sua magistral obra biográfica e histórica, o olhar a partir da queda do Império possibilitava a visão de conjunto sobre o século XIX, que se confundia quase com o período monárquico, inserindo nele periodizações, como a ideia de “auge”, “zênite”, “declínio” do regime.

Tanto para Joaquim Nabuco como para Alfredo Taunay a Guerra do Paraguai teve papel central nesse esforço de periodização e de cristalização da memória do Império. Para o primeiro, o período entretecido pela vida de seu pai, José Thomaz Nabuco de Araújo, pode ser percebido como um *continuum* demarcado pela geração da independência, em que a Guerra do Paraguai surge como baliza de demarcação de um tempo de crise. Escrita com base na documentação paterna, mas inspirada também na memória oral da experiência da Guerra transmitida pelo amigo André Rebouças, a narrativa de Nabuco configura um olhar sobre o espaço – a fronteira sul – e consagra um evento – a Rendição de Uruguaiana –, como lugar de explicitação da crise. É um olhar erudito, que tem como ponto de fuga o centro político. Nesse olhar, é a monarquia (o Imperador) que se desloca em direção à fronteira, fazendo emergir todo um caleidoscópio de fricções – a “contaminação” do caudilhismo platino, as lutas intestinas entre os partidos, o conflito endêmico entre o centro político e os interesses locais, o confronto entre a monarquia e a república, a explicitação do escravismo como fragilidade congênita do Estado Imperial (COSTA 2001).

No caso das memórias de Alfredo Taunay, a Guerra ocupa quase toda a obra (depois de alguns capítulos dedicados à infância e à adolescência), como se a vida a ser não ultrapassasse quase a experiência da Guerra. A escrita das *Memórias*, entretanto, ganha uma intersecção intensa com o “relato de viagem”, recobrando o frescor de uma “escrita em trânsito” e aproximando-se também do “romance de formação”. Nela, é o autor quem se movimenta, e esse movimento impregna sua narrativa de vida, consagrando uma geograficidade distinta – o interior do Brasil e a fronteira oeste. A experiência da coluna de Mato Grosso, fora também contada como narrativa de Guerra em *A Retirada da Laguna*, de 1871, revelando em seu molde clássico (*Anabase*, de Xenofonte), a pulsão em direção ao interior, a viagem para dentro.

O registro de uma memória histórica da guerra não deixou de estar entre as preocupações de Alfredo Taunay. Sua correspondência dessa época está carregada com essa preocupação e as cartas ao estudioso José Arthur Montenegro que estão guardadas na Biblioteca Nacional parecem indicar que ele confiava essa tarefa a ele, corrigindo dados, municiando-o com informações, com seu alentado acervo. É a ele que Taunay confia parte do seu trabalho nas memórias e o próprio texto aqui estudado.⁵

Em carta a José Arthur Montenegro de 1892,⁶ Taunay descrevia seus sentimentos ao amigo distante, como marcados por grande retraimento, e afirmando que “esse retraimento, porém, tem grandes inconvenientes, melancolizando-me demais o espírito e alquebrando a energia. Sofro, aliás, o contrachoque de tudo quanto se está passando neste desgraçado país”. Colhido pela desilusão política em momento em que ainda era dotado de vigor físico e energia intelectual, sua escrita parece emergir de um esforço por superar a angustiosa inação: “Sem saber bem como empregar a minha atividade, sinto-me não pouco infeliz. Estou como uma hélice que bate no ar, sem encontrar resistência para conhecer que é útil e aproveitado o seu esforço”.⁷ A mesma carta fornece informações e incentiva o amigo no prosseguimento de seu trabalho sobre a Guerra do Paraguai e comunica a ele o seu envolvimento na tarefa simultânea da produção de três textos – o segundo volume dos *Estudos Críticos*, a segunda e a terceira partes da *Cidade do Mato Grosso* e as *Memórias*.

24

Satisfez-me bastante saber que apreciara os dois opúsculos de minha lavra, 2º volume dos *Estudos Críticos* e *Cidade do Matto Grosso*. Propus a um editor publicarmos a 2ª e a 3ª partes desta última obra e ele recusou todas as combinações que lhe ofereci! E trabalha-se num país como este, onde quem, como eu, escreveu já matéria talvez de mais de 30 grossos volumes precisa mendigar o favor de ver impresso o que ele tem ainda a coragem de lançar no papel! Que lástima!

Também tenho me retraido quanto possível, escrevendo *Memórias*, cujos volumes entregaria à *Arca do Sigilo* do Instituto Histórico para serem publicados daqui a 50 anos, depois de 1943, isto é, cem anos da data do meu nascimento que foi a 22 de fevereiro de 1842, o que já me dá quase meio século.⁸

Nesse período, Alfredo Taunay milita de forma esporádica e bastante céтика nas lides monarquistas, recolhendo-se a uma militância literária de preito à obra do Imperador deposto, então no exílio. Seu envolvimento com a escrita das *Memórias* ao mesmo tempo em que trabalhava no texto sobre Vila

⁵ José Arthur Montenegro (1864-1901) foi oficial da marinha, reformando-se em 1884 em solidariedade aos companheiros durante a questão militar. Foi grande pesquisador e erudito propondo uma obra monumental sobre a Guerra do Paraguai. Aparentemente a grande obra de Montenegro sobre a Guerra do Paraguai permaneceu inédita apesar do seu monumental arquivo. Ele publicou um curioso trabalho que é fonte para o estudo das mulheres (MONTENEGRO 1893).

⁶ Carta a José Arthur Montenegro, Petrópolis 11 de julho de 1892, Biblioteca Nacional, 050,001,008,n.005, seção de Manuscritos. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss459500/mss459500_005.pdf. Acesso em: 25 ago. 2016.

⁷ Carta a José Arthur Montenegro.

⁸ Carta a José Arthur Montenegro.

Bela que trabalhamos aqui é um indício importante para ajudar a compreender o caráter um pouco fragmentário desse texto, a meio caminho entre crônica histórica ao gosto da *Revista do IHGB*, com pitadas de força literária. A acoplagem de materiais e linguagens distintas talvez seja um pouco mal resolvida do ponto de vista estético. Menos que um defeito essa talvez seja, para o historiador, sua grande qualidade expressiva, pela qual deixa entrever as partes de que é composto – a relação peculiar entre literatura e história se faz através da memória.

Já em agosto de 1890, em carta ao cunhado e confidente Leopoldo Teixeira Leite, o autor demarcava o momento em que decidira a escrita das memórias. Ele inicia a carta falando de um artigo em que procurara engrandecer a obra do Imperador e reparar de certo modo a “injustiça” que lhe faziam os republicanos. Colocava suas esperanças na Providência, na *causa causarum*, do desejo de ir à Europa e da impossibilidade da viagem por conta dos cuidados com a mãe de que era a “alegria máxima, quase única”. Em um curioso excerto dessa carta, emerge uma interessante pista sobre a inspiração colhida para as *Memórias*.

[...] Estou escrevendo e muito – *Viagens passadas*. Vou encetar as *memorias de minha infância*, em que contaria coisas interessante e menos desilusorias que *La vie d'Henri Brûlard* (Henry Beyle). Já leste? Bem curioso – causa novíssima. *Un Coeur de Femme* de Paul Bourget? Como é bom, como é bom! Um *fouillage* medonho no coração humano, um estudo de admirável verdade, uma psicologia angustiosa e tão exata, tão certa, que a gente fica sem respiração quase a devorar as páginas, ou antes, a lê-las mal, de tamanha sofreguidão!¹⁹

25

A obra autobiográfica póstuma de Stendhal acabava de ser publicada na França (1890), o que indica como Alfredo Taunay se mantinha conectado à cultura européia e nos dá o testemunho da forte impressão que o livro produzira sobre ele. A preciosa indicação nos remete de volta à contemplação das ruínas, pois é nelas que Stendhal (Brulard) encontra esse contexto inspirador. Desta feita, são as ruínas de Roma e a peculiaríssima sobreposição de camadas de tempo histórico que nelas se expressa que impressionam a personagem e movem sua decisão, ao suscitar sua inquietação sobre o tempo da vida. A visão de Roma, sob um sol magnífico num dia quente de outubro de 1832, um momento de plena alegria de vida, transportava a vista de Stendhal para aquela contemplação das ruínas em que a breve temporalidade da vida se acentuava frente os vestígios de tempos recentes e de muitos passados.

Eu me encontrei, essa manhã de 16 de outubro de 1832, em São Pedro, em Montorio, sobre o monte Janicule, em Roma, havia um sol magnífico. Um vento leve de sirocco apenas sensível fazia flutuar algumas nuvenzinhas brancas sobre o monte Albano: reinava um calor delicioso no ar, eu me sentia feliz em viver. Eu distinguia perfeitamente Frascati e Castel-Gandolfo, que estão a quarto léguas daqui, a vila Aldobrandini onde está este sublime afresco de Judite, de Dominiquin. Eu vejo perfeitamente o muro branco que marca as reparações feitas por último pelo príncipe F.

¹⁹ Carta a Leopoldo Teixeira Leite, Coleção Taunay, Museu Paulista, pasta 11.

Borguèse, este mesmo que eu vi em Wagram como coronel do regimento de curiáceos, no dia em que M. de M..., meu amigo, teve a perna amputada. Bem mais longe eu percebo o rochedo de Palestrina e a casa branca do Castelo de São Pedro, que foi, em outros tempos, sua fortaleza. Abaixo da parede contra a qual eu me apoio, estão os grandes laranjais do pomar dos capuchinhos, depois o Tibre e o priorado de Malta, e um pouco depois, à direita, o túmulo de Cecilia Metella, São Paulo e a Pirâmide de Cestius. Na minha frente, eu vejo Santa Maria Maior e as longas linhas do Palácio de Monte Cavallo. Toda a Roma antiga e moderna, desde a antiga Via Apia com as ruínas de seus túmulos e de seus aquedutos até os jardins magníficos do Pincio, construídos pelos franceses, se descontina à vista. Este lugar é único no mundo, eu dizia a mim mesmo em sonho, e a Roma antiga, apesar de mim mesmo, se sobreponha à moderna, todas as lembranças de Tito Livio me retornavam em turbilhão. Sobre o monte Albano à esquerda do convento, eu percebia os campos de Aníbal. [...] Ah, em três meses eu completaria cinquenta anos, alguma vez eu disse uma palavra sobre meus males de amor? (STENDHAL 2015, p. 30).

Poucos meses depois, em 25 de outubro, vamos encontrar Taunay em escrita febril do texto sobre Vila Bela, encantado com os pormenores curiosos que encontrara em velhos papéis familiares.¹⁰

Tomou-me agora um surto (ou um rapto??) de escrever, de maneira que, aproveitando o impulso, estou coordenando uns interessantíssimos apontamentos achados nos papéis de meu pai e preparando uma memória, cuja leitura muito lhe agradará, tenho certeza. Intitula-se *A cidade de Matto Grosso*, antiga Villa Bella, o rio Guaporé e a sua mais ilustre vítima. É o histórico da morte de meu tio Adriano Taunay, a 5 de janeiro de 1828 nas águas daquele rio. Os pormenores que tenho colhido são muito curiosos.¹¹

26

Meses depois, em janeiro de 1891, o trabalho se transformara num grosso livro, e ele se lamentava de tê-lo começado, não fora a obrigação para com o Imperador. É possível que essa fadiga estivesse ligada à pulsão, mais forte, da escrita das memórias. Mas é também plausível que ela fosse o efeito dessa atitude nova, desse afã da pesquisa, da busca de indícios da "verificação da mais ligeira data", que nos atesta sua correspondência. A troca de cartas nos revela ainda o desgosto pela grande dificuldade de aceitação do trabalho, seja pela sua extensão, seja pelo seu próprio tema.

O trabalho incompleto, publicado em 1891, resultou em um texto de 108 páginas, divididos em 22 capítulos, publicados na *Revista do IHGB* sob o título "A cidade de Matto Grosso (antiga Vila Bela), o rio Guaporé e a sua mais ilustre vítima", com o subtítulo "Estudo Histórico". O que o presente artigo pretende propor é que a visitação da temática das ruínas articulou nesse período sugestivo e "propício à história" a escrita do ensaio histórico à das memórias. As ruínas, como imagem e como metáfora, perpassam todo o texto, em complexa polissemia que interroga quem o examina hoje com o olhar do historiador. Em chave distinta dos outros texto por ele publicados na *Revista*, marcados pelo movimento, pela marcha, pela exploração do naturalista/soldado, agora o que se tem é um ponto

¹⁰ Carta a Leopoldo Teixeira Leite, 25 de outubro de 1890, Coleção Taunay, Museu Paulista, pasta 11.

¹¹ Carta a Leopoldo Teixeira Leite, 12 de janeiro de 1891, Coleção Taunay, Museu Paulista, pasta 11.

fixo (Vila Bela) e nesse ponto são adicionadas camadas de tempo, incorporação do passado desse lugar e povoamento com seus personagens/heróis.

Tratar das ruínas de uma cidade abandonada nos confins do Império era tema que, longe de ser estranho à *Revista do Instituto*, inseria-se, na verdade, entre os interesses fundadores da instituição. Revisitar o tema nesse momento sensível, em que esse *locus* da escrita da história do Brasil imperial também era abalado pela queda do Império sugere o fechamento trágico de um ciclo. O sentido “histórico” atribuído ao texto nos convida a pensar a interrogação das ruínas como uma verdadeira exploração que vai encontrando, à medida que o trabalho se desdobra, múltiplas camadas de tempo e de significação que desafiam o narrador. Este, por sua vez, se coloca perante elas não como quem contempla, mas como quem escava, descobre, hierarquiza, classifica e busca incansavelmente uma narrativa.

Etapas de uma escavação

O primeiro procedimento do narrador é a localização da cidade de Vila Bela, primeira capital do Mato Grosso, no projeto territorial do Império Português, pensado na sua projeção passada e futura. Fiel à concepção de história cara ao Instituto, fortemente ancorada na geografia e na sacralização do território, Taunay busca traçar um largo enquadramento histórico e geográfico, demarcado pelas duas primeiras personagens do texto: Vila Bela e o Rio Guaporé. Enfatiza-se o caráter estratégico dessa fronteira do império português, objeto de minucioso cuidado da administração de Marquês de Pombal, por ser ponto de contato entre as bacias platina e amazônica, lugar sensível por causa do contato sempre conflitivo com os espanhóis e na comunicação com o Grão Pará. Nessa reafirmação da territorialidade brasileira prefigurada no tratado de Madrid enraiza-se essa visão da nação brasileira como herança geográfica e institucional do projeto ilustrado. O sistema de fortificações erigido pelo marquês de Pombal é aqui mobilizado em sua força de realização material e na sua prefiguração de glórias futuras, comparando-se, inclusive, com as ações de Pedro, o Grande na expansão occidental do Império Russo. A projeção de um Império nascia do contraste entre as possibilidades acanhadas da metrópole e a vastidão de seu Império Americano. As fortificações construídas desde a embocadura do Amazonas até o Mato Grosso são então desenhadas, como

27

[...] filhas do influxo de uma idéia dominante [que], parecem provar, que não era ela intenção vaga e sujeita, a hesitações mas, ao revez, depois de solicitamente afagada, germinara inteira no cérebro do onipotente assessor de D. José I, carecendo só de tempo para se tornar brilhante realidade e dar vida acabada a projeto muito mais difícil, largo e maravilhoso, do que o celebrado cometimento de Pedro Grande da Rússia, ao transferir a sede do seu dilatado imperio de Moscou para as margens do Neva (TAUNAY 1891, p. 2).

A Fortaleza de Macapá (1764) e o Forte Príncipe da Beira (1776), seu complemento, causam “pastro e admiração ao viajante, ao defrontar de

repente com essas solenes e alterosas moles, inseridas em meio da solidão e a desafiarem a incúria dos jovens e a destruição dos anos, é ainda hoje e por muito tempo será, homenagem ao marquês de Pombal, o Richelieu português" (TAUNAY 1891, p. 3).

Diante desses potentes vestígios do passado, aparecem pela primeira vez as ruínas. São os indícios da decadência da cidade de Vila Bela, construída para ser capital de toda essa vasta região "cujas ruínas causam intensa melancolia aos raros que a visitam hoje e, cientes das coisas do passado, ainda encontram naqueles outrora florescentes páramos, vestígios eloquentes de extintas grandezas que jamais nunca voltarão" (TAUNAY 1891, p. 3). A natureza indômita e o abandono de seus moradores, atraídos pelo novo centro político em Cuiabá reduziram a antiga capital a uma pálida lembrança do passado, em que os vestígios da grandeza teriam desaparecido, levados pelas enchentes do Guaporé.

A cidade e o rio que a assola e destrói compõem uma visão metafórica da própria nação luso-brasileira, na forma do projeto concebido por Pombal, de um poderoso Império, comparável, por Taunay, às próprias ações de Pedro, o Grande, na expansão para oeste das fronteiras do Império Russo. O que resta do passado, o que havia nele de projeto de futuro, no presente (a queda da monarquia) é ruína. Pensar que o futuro poderá trazer ainda maior ruína parece ser o que atribui maior importância e urgência, ao trabalho dos que registram os acontecimentos do passado, por que, as remanescências materiais são fugidas e frágeis, é preciso que a narrativa as perpetue, antes que "percam esses mesmos vestígios a sua eloquência e qualquer significação até, chegando afinal dia – talvez bem próximo – em que fiquem de todo mudos e fechados à meditação daqueles que, levados por doloroso estímulo, tentem no estudo e na contemplação de destroços e escombros reconstituir épocas idas e fazer reviver largos e promissores trechos da história, que findaram em desastres, abandonos e irremediáveis tristezas" (TAUNAY 1891, p. 3).

Os destroços aparecem aqui não apenas como objeto de contemplação, mas como tema de estudo, eles são dotados de eloquência e significação, eles interrogam o estudioso para que os decifrem, como uma missão, quase um ofício.

Entra, em seguida, uma explicação em tom menor para a escrita do texto, casual, quase prosaica – a necessidade de dar divulgação e organização a algumas notas relativas à Vila Bela, de autoria de um amigo distante, o tenente coronel João de Oliveira Mello, que são descritas como perdidas entre velhos papéis "que há pouco revolve e pus em ordem, classificando uns, apartando outros para ulterior revisão, e destruindo muitos" (TAUNAY 1891, p. 4).

Essas notas haviam sido enviadas em 1876, quatorze anos antes da escrita desse texto histórico. Debruçar-se sobre elas, que falavam já de desolação e abandono envolve um olhar sobre o passado recente e supor que este teria sido testemunha da aceleração desse declínio, apagando os vestígios de um passado mais feliz. O vigor narrativo nesse momento do texto vem opor essa força destruidora da natureza sobre a fragilidade da obra humana:

Catorze anos já lá se foram Que modificações poderão ter- se dado? Fácil é a resposta. Casas que desabaram, mato que ainda mais alteou nas ruas; inundações do Guaporé que levaram os restos do cais de outrora e fundo nas barrancas; esboroados e largos panos de muralha que tombaram [...] árvores que cresceram invasoras e à solta, gigantes da floresta em plena povoação, dominando no seu magestoso vigor e na sempre renascente alegria os destroços da obra dos homens, exuberantes e altivos, sobretudo gameleiras, terríveis estas no rápido engrossar, a se agarrarem às pedras, a insinuarem por toda a parte raízes, a princípio humildes, tênuas, delicadas, depois possantes, violentas, derrubando as mais fortes paredes e desagregando as construções mais rígidas, das quais retêm, como que por escárnio, no liame de ubtrucada trama, enormes fragmentos, rochas inteiras suspensas numa rede de finas e penugentas malhas [...] (TAUNAY 1891, p. 4).

Nesse momento, o autor nos apresenta uma outra personagem – aquela que é designada no título como “a ilustre vítima” – Adrien Taunay, tratado e, sua forma abrasileirada – Adriano – em todo o texto. Retomando o tema tratado por ele mesmo na *Revista*, a propósito da Expedição Langsdorff, Taunay insere aqui uma longa digressão sobre a morte trágica de Adriano no Rio Guaporé. O entretecimento dessas temporalidades – o enquadramento histórico da cidade de Vila Bela, o tempo da tragédia familiar, o tempo da Guerra do Paraguai – compõem a partir daí a narrativa em curiosa operação historiográfica de registro de memória, de exegese de fontes e de interrogação do passado.

As fontes que aqui se compulsam são aquelas da memória familiar. Em primeiro lugar, aquelas deixadas pelo próprio Adriano e, com elas os longos e tristes textos produzidos por sua família enlutada. Essa digressão permite à Alfredo Taunay inserir a si próprio como personagem da narrativa, mediando e explicando esses tempos, pois permite a ele colocar-se desde muito tempo, ligado à Província de Mato Grosso e à região, onde estivera durante a Guerra em episódio militar fracassado e registrado na Retirada da Laguna.

29

Razões de ordem mui particular pessoalmente me prendiam, e ainda hoje me prendem, a essa desolada parte de Mato Grosso e ao moribundo povoado de Vila Bela, antes, muito antes, até de fazer parte da célebre e infeliz expedição que foi ter àquela província e na sua faixa meridional, bem distante, portanto, da larga zona do norte, se moveu e tanto sofrimento curtiu, como mártir de mal pensados cálculos de Guerra (TAUNAY 1891, p. 5).

O autor se transporta para aquele passado distante pela memória familiar que marcaram indelevelmente o episódio trágico da morte de Adrien, presentificados pela tristeza sempre revivida e narrada. Ela se expressa por uma frase de Píndaro, expressão da cultura clássica compartilhada na família de eruditos franceses – “Felizes os que morrem moços, sempre serão lembrados.” Cinquenta anos eram passados, dizia Taunay, demarcando com isso a morte de seu pai, Félix, e a lembrança ainda o fazia ter lágrimas nos olhos, ao lembrar a morte do irmão mais novo no misterioso acidente. A memória aqui é o transporte para aquele lugar mítico, onde repontavam as maravilhas descritas pela última carta do jovem Adrien, cujo texto trazemos em epígrafe.

E, incidentemente, levado pela misteriosa sedução dos lugares muito e muito apartados, no centro de terras longínquas e nas brumas de distâncias immensas, me falava nessa Vila Bela, no palácio em ruínas, dos antigos e onipotentes capitães fenerais, nos frescos que o adornavam, nos painéis que encerrava, reproduzindo trechos inteiros de cartas do audacioso de tão chorado viajante (TAUNAY 1891, p. 5).

Desse lugar da fronteira, o leitor é conduzido pelas brumas da memória a outro ponto mítico do pintor Nicolau Taunay e seus filhos – a Tijuca, nicho de inserção da colônia francesa. Charles Auguste, Hypolite, Félix, Theodore e Adrien Taunay. A origem francesa da família é enfatizada, dando à vinda para a América um caráter de exílio, diante da percepção da possibilidade de uma tragédia nacional “o desembrenramento da França” (TAUNAY 1891, p. 5). O jovem Adriano, caçula dos três irmãos tem menos que a idade do século, aproximando-o em idade a Victor Hugo, cujo célebre poema é citado – “Cesiècle avait deux ans” – sublinhando a inserção a formação francesa do jovem artista.

Poderíamos considerer as próximas vinte páginas do texto como um panegírico e mesmo como um *Réquiem*. A breve vida de Adriano é contada, enfatizando-se seu prodigioso talento artístico e sua vida aventurosa – a participação na volta ao mundo da fragata *Uranie*, a convite do explorador e geógrafo Louis Claude Freycinet (1779-1842), o precioso afresco sobre “O triunfo de Baco” que ele deixara nas paredes da casa da Cascatinha, objeto de admiração de artistas e viajantes que por lá passavam, seus dotes como musicista, sua erudição, sua juventude, sua beleza. Todos esses predicados são documentados pelos registros da memória familiar – longos, belos e tristes poemas, reproduzidos, em francês, no texto do ensaio. A construção do perfil do herói é remetida, assim, à sua última carta e à narrativa do achamento trágico de seu corpo pelo amigo e companheiro de expedição, o botânico Luiz Riedel.

O texto da última carta, descrevendo as salas do palácio abandonado dos Capitães Generais de Mato Grosso, reverberam o destino trágico de uma edificação que jamais fora habitada, deixada quase intacta em sua beleza não vivida e a aproximam da própria vida de Adriano, morto jovem, sem ter vivido plenamente a existência. Mas ela traz também esse inquietante sentimento de posse descrito como “enimamente triste: a de um herdeiro que vem tomar posse da morada de seus antepassados” (TAUNAY 1891, p. 17).

Belo exemplar de escrita romântica – a contemplação das ruínas, a prefiguração da morte, o texto de Adriano sugere essa identificação entre o seu destino, o do palácio e o da própria cidade, na morte precoce, na vida incompleta e irrealizada.

Após o regista dessa atmosfera, Alfredo Taunay mudará sensivelmente a tonalidade do texto, em clara distinção com a tonalidade melancólica que até então o impregnava. A carta, tornada documento, vestígio, testemunho descriptivo de um lugar, será objeto de um tenso e cuidadoso escrutínio, de uma

exegese incansável, tanto sobre o próprio Adriano como sobre os fatos por ele narrados. Como que reverberando esse duplo exílio da morte de Adriano, morreu longe de sua pátria e longe dos seus, Alfredo buscasse oferecer a ele uma morada, qualificando sua vida e nacionalizando sua morte. Dando a ela uma morada, dando ao herdeiro a posse de sua herança nesse lugar distante e sensível do território brasileiro.

A posse de uma herança

Se os poemas familiares abrigaram Adriano na pátria da cultura francesa, Alfredo parece querer lidar de outro modo com a memória de Adriano e com as indicações pôr ele deixadas. Em um primeiro passo, o autor procura controlar as impressões derramadas do carinho fraterno pela busca de alguma outra versão sobre Adriano, de alguém que o tivesse conhecido fora do círculo familiar.

Teriam sido as circunstâncias da extrema juventude e as vivíssimas afeições de família, que tamanho realce davam a esse mancebo audacioso e irrequieto, cujos dias terminaram de modo tão terrível e inesperado? Talentos especiais e vasta esfera intelectual que prometiam, com efeito, carreira excepcionalmente brilhante na vida? Sua atração, seu prestígio, seus dotes eram tantos assim, tão poderosos e irresistíveis? Havia motivo para tamanha explosão de dor, para tanta perseverança no luto? [...] (TAUNAY 1891, p. 30).

A resposta trazida por Alfredo Taunay para o enigma será a invocação de uma *testemunha ocular*, o velho Cardozo Guaporé, homem de cor encontrado entre os fugitivos da Vila de Miranda, durante a campanha do Paraguai. Esse homem, que contava mais de 80 anos, é descrito como “antigo coletor da Vila de Miranda que ali gozara de certa importância, pois cumulava suas funções de exactor da fazenda pública o exercício de advogado provisionado, ou antes, de rábula”. Homem de fé pública, portanto, Cardozo Guaporé será a fonte confirmadora do perfil heróico de Adriano Taunay.

31

O modo como esse conhecimento se travou e é narrado merece registro aqui, pois permite inserir o jovem tenente Alfredo em sua experiência da campanha do Mato Grosso em uma aventura também heróica, aproximando a sua imagem à de Adriano. Ele remete o encontro à

[...] penosa travessia dos pantanais entre o Coxim e o rio Aquidauana que, em começos do ano de 1866, me vi forçado a fazer [...], travessia que teria terminado em catástrofe, se não tivéssemos, quase ao acaso, chegado aos Morros, no planalto da serra de Maracaju, onde os habitantes da Vila de Miranda, expulsos pela invasão paraguaia de dezembro de 1864, haviam buscado refúgio seguro, sobretudo depois que os índios terrenas, nas fraldas da montanha, conseguiram, em duas emboscadas, matar alguns inimigos mais ousados.

Dentre esses fugitivos estava o velho Cardozo Guaporé que, ao ouvir o nome de família, perguntara sobre o parentesco, para dar início a uma longa e entusiasmada descrição de Adriano e de seus feitos:

Ah! Que homem aquele!, exclamou o velho. E [...] começou ao mais ardente e exaltado panegírico do ilustre mancebo, de suas qualidades proeminentes, sua coragem indomável, sua alegria incessante, sua atividade estupenda, sua generosidade ilimitada, suas aptidões inexcedíveis de músico, desenhista e poeta, sua habilidade em nadar, caçar e jogar armas, sem esquecer a notável e impressiva beleza, atraente e máscula, que lhe fazia correr mil aventuras de amor e lhe valia tantas e tão espontâneas dedicações [...] (TAUNAY 1891, p. 32).

A entusiasmada confirmação das qualidades do mancebo terminava com uma informação curiosa sobre o funeral de Adriano, que “sua morte tomou vulto de uma verdadeira desgraça pública. Assisti ao enterro, que levou a cidade inteira atrás de si. Parecia algum capitão general [...]” (TAUNAY 1891, p. 32). O episódio, liberto do viés da afetividade familiar, ganhava agora uma referência nacional e regional – o enterro de um capitão general era acontecimento de máxima importância, compensador da morte solitária, em duplo exílio que se desenhara nos parágrafos anteriores.

Cardozo Guaporé trouxe também para a conversação o panegírico de Vila Bela e de sua rivilidade com Cuiabá, texto que, no ensaio de Taunay, permite conferir, entre outras descrições, os detalhes do palácio dos capitães-generais referidos na memorável carta de Adriano – os retratos de D. João VI e de D^a. Carlota, as pinturas e afrescos, as riquezas da cidade e a beleza de seu cais, a igreja de Santo Antônio e seu frondoso laranjal [...]

O testemunho de Cardozo Guaporé, mediando a temporalidade da Guerra do Paraguai e a viagem-aventura de Alfredo, confere, assim, veracidade ao perfil de Adriano e ao seu próprio relato.

Mas, nosso autor não parece se satisfazer com essa fonte. Faltava-lhe um documento escrito que atestasse a veracidade das belas descrições de Adriano, sobre a cidade, o cais e, principalmente, o palácio, agora desaparecido. Ela não se encontra em sua fonte principal, as notas de João de Oliveira Mello, que falam do declínio da cidade, de sua aparência devastada, sem permitir aferir a veracidade das descrições.

Principia-se assim uma nova etapa da pesquisa dos indícios e de interrogação dos documentos – a busca incessante da confirmação das célebres descrições e a busca do túmulo de Adriano. A insatisfação por não encontrar na sua fonte principal a confirmação de suas buscas o leva a uma curiosa “crítica de fontes” buscando explicar as razões da aparente omissão. Assim, ele se pergunta:

De todas essas indicações de Oliveira Mello desaparecera aquele toque de impressões vivas, muitas de feição artística, transmitidas por meu tio Adriano e corroboradas pelas minhas conversas com Cardozo Guaporé. Onde os símbolos da grandeza imposta pela sucessão de notáveis governadores, representantes da autoridade suprema dos reis de Portugal? Onde aqueles palácios e sinais do passado poderio? Onde os frescos e as pinturas das muralhas, os painéis? Onde o cais? Onde o eco das festas de outrora? Onde as igrejas com riquezas que ainda deviam existir e as muitas alfaias citadas, como eu ouvira, nos confins de Mato Grosso? (TAUNAY 1891, p. 53).

Ou seja, por que tudo isso fora omitido nas notas do velho militar? Seriam seus hábitos de concisão e secura? Estaria ele entregue aos “interesses do momento”, abandonado que fora, verdadeiro herói de Guerra, de modo que “não prurara perguntar às ruínas que o cercavam a história do passado”?

Uma longa digressão sobre a Guerra e o papel que nela tivera o Tenente Antonio Oliveira Mello é então introduzida no texto, o que impõe que nos detenhamos por um momento sobre o autor das notas que servem de pretexto à toda a narrativa. Trata-se do Tenente Coronel João de Oliveira Mello, personagem destacada dos episódios da Guerra do Paraguai na Província do Mato Grosso. Ele fora protagonista da Resistência do Forte Coimbra ao ataque paraguaio e, posteriormente, o responsável pela evacuação da população de Corumbá, em direção à Cuiabá. Seus feitos heróicos e humanitários haviam feito dele uma espécie de herói popular, tendo recebido reconhecimento por seus feitos militares. Promovido, por bravura a primeiro tenente em 1866, condecorado com o hábito do cruzeiro, capitão em 1867, major em 1871, comandante do distrito militar de Mato Grosso e da fronteira norte até 1877. Reformado no posto de coronel em 17 de julho de 1884, Taunay faz dele um desses exemplos de descaso e esquecimento dos heróis militares nos anos que se seguiram à Guerra. O que deve notar é que a descrição desse personagem, que só aparece em detalhes já na metade do longo Ensaio, deve ser entendida também como uma espécie de preito a um amigo e confrade distante, que compartilha de certa forma a atmosfera melancólica que perpassa o próprio texto. João Oliveira Mello “é, pois, uma carreira acabada, uma existência finda, um simples encostado do exército reduzido à inatividade, *bananeira que já deu cacho*, na melancólica síntese popular” (TAUNAY 1891, p. 54, grifo do autor). A compilação de suas notas é, pois, uma espécie de homenagem a um amigo e confrade, ele também, de certa forma, um habitante das ruínas. “Agrada-me, contudo [...] a altaneira solidão que rodeia aquele soldado, de cujas reminiscências ressaltam chispas de Glória, a acabar os dias nas ruínas de uma cidade condenada, perdida e sem mais esperanças possíveis de ressureição, depois de largos períodos de grandeza, lustre e felicidade” (TAUNAY 1891, p. 54). O topo da ruína prolongada e inexorável, após a glória breve imprime-se, assim, sobre essa espécie de Segundo Narrador, o autor das notas, trazendo a Guerra do Paraguai e a fronteira do Mato Grosso para o proscênio da história que se vai narrar e que se imbrica, no primeiro momento, em um outro tempo.

A narrativa, que conduz à ressignificação de toda essa região da fronteira, se assenta na mobilização da história do Forte Coimbra como bastião da resistência contra os espanhóis em 1801 e, a partir dele, a exaltação da figura de Ricardo Franco, herói daquele episódio. Daí para o ataque dos paraguaios ao forte em 1865 e a também heróica evacuação daquela praça de guerra, sob a liderança do Tenente Antonio de Oliveira Mello, vão se depositando camadas de tempo e de significações, fazendo com que a Guerra do Paraguai, contada aqui a partir de um episódio quase esquecido, apareça como nexo entre passado e presente, articulando escrita de si, memória familiar e escrita da História.

A pesquisa prossegue, compulsando s outras fontes que pudessem confirmar ou informar o relato de Adriano. Incontáveis páginas são dedicadas a descrever para o leitor essa procura, atestando a erudição de seu autor, o cuidado com que ele desenvolvia a consulta de documentos de várias origens, incluindo relatórios oficiais antigos, como os do defensor do forte Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra, de relatos de viajantes como Louis d'Alincourt e Francis de Castelnau, como Joaquim Ferreira Moutinho, entre outros. Esse último, em sua *Noticia sobre a Província de Mato Grosso* (1869) é alvo de críticas percuentes e ácidas, quando se contesta, por exemplo, nessa obra que é de 1869, a presença de uma descrição atribuída a Langsdorff, quando Alfredo Taunay observa que nada havia ainda sido publicado sobre a expedição Langsdorff antes que ele mesmo o fizesse em 1875. Ou quando descreve erradamente os pássaros ou grafa inadequadamente os vocábulos indígenas, apresentando-se como testemunha ocular, mas fiando-se na verdade, no relato de Castelnau. Nosso autor está muito longe do cronista que frequentara as páginas da *Revista do Instituto* na década de 1870. Ávido para demonstrar conhecimento da documentação ele observa estranhas repetições e coincidências, duvida da veracidade de certas afirmações critica, compara, hierarquiza, interpreta.

O corpo do herói e o seu lugar

34

A interrogação exaustiva na procura da veracidade do relato de Adriano converge, no estudo histórico de Alfredo Taunay, à procura também ingente sobre o lugar exato de seu sepultamento. A descrição que dela restara foi a de uma testemuha ocular – uma carta do naturalista Luiz Riedel, amigo de Adriano e seu companheiro na expedição Langsdorff, que comunicara em carta à família o trágico acontecimento. Nessa carta, dolorosa e pungente, o amigo fora pouco explícito sobre o lugar do sepultamento e sobre as cerimônicas fúnebres.

Entretanto, na madrugada de 8, vieram-me avisar que tinha sido descoberto. Corro... chego... vejo-o estendido na margem, mutilado pelos peixes... Lanço-me sobre ele... Poupai-me esses pormenores! No mesmo dia foi sepultado com a pompa devida à sua pessoa e família na igreja de Santo Antonio que ergue-se junto ao porto, encravado num frondoso e extenso laranjal. No mesmo dia 9 celebraram-se cerimônias religiosas, conforme o uso do país [...] (TAUNAY 1891, p. 19).

Nos documentos familiares, hoje sob a guarda do Museu Paulista, encontra-se uma carta datada de 14 de setembro de 1874, onde o mesmo João de Oliveira Mello, informa o comandante de armas da província sobre a impossibilidade de proceder à exumação dos ossos de Adriano Taunay e mesmo de identificar com precisão o lugar de seu sepultamento. Nela, o militar relata:

O Senhor Taunay faleceu em 1827 ou 1828, de asfixia por submersão, foi sepultado na igreja de Santo Antônio dos militares em sepultura comum e

sem inscrição alguma; e finalmente, desde datas remotas até a presente tem sido praxe enterrar dentro deste templo os militares que aqui tem falecido, sem distinção de classe: em consequência quando mesmo houvesse quem dessa época indicasse ao certo o lugar da sepultura, era quase que fora de dúvida que a ossada encontrada seria de outro indivíduo que não o senhor Taunay. É tudo quanto a respeito pude colher de pessoas bem informadas.

Temos assim, a evidência, que o jovem Alfredo Taunay e seus familiares haviam se esforçado pela descoberta do túmulo de Adriano nos anos que se sucederam à guerra. Esses esforços não apenas haviam sido baldados como pareciam colocar em questão a própria versão da carta de Riedel. Fica também evidente que as notas do major João de Olivera Mello (1876) faziam parte desse mesmo esforço de reconstituição do cenário daquela tragédia e dos seus pormenores.

O historiador J.J. Reis nos ajuda em parte a compreender essa busca incessante, ao nos ensinar que, no imaginário sobre a morte do século XIX, a morte por afogamento era considerada a pior das mortes. Aquele infeliz cujo corpo não pudesse ser encontrado, ficaria vagando, qual alma penada, o que se tornava ainda mais dramático, no caso em tela, pela hipótese nunca reconhecida, mas também nunca suficientemente negada, do suicídio.

A presença do corpo, sua recuperação eram essenciais para que fossem enterrados em lugar sagrado. O enterro nas igrejas era, por suposto, a garantia do mais sagrado dos lugares, tanto por que garantia a proximidade física entre o falecido e as imagens sagradas possibilitava um simulacro da proximidade desejada, de forma que “a igreja era uma das portas de entrada do Paraíso”. Da mesma forma, as igrejas eram espaços de ligação entre o mundo dos mortos e o mundo dos vivos, pois para que estes, em suas orações, não esquecessem os que haviam partido. Os mortos se intalavam nos mesmos templos que tinham frequentado ao longo da vida” (REIS 1991, p. 171).

Emmanuel Fureix, estudioso das transformações dos ritos fúnebres na França do século XIX nos fala, por sua vez, desse *exílio do morto* por conta da criação dos cemitérios.

35

Na história da morte, o deslocamento dos cemitérios para fora das muralhas não significa apenas o triunfo do higienismo e de uma morte suavizada: ele faz enfim coincidir no espaço do monumento, suporte da memória, e o lugar de enterro, suporte do cadáver. O defunto se torna um morto invisível mas localizado, um “morto lá” [...] A memória dos mortos transforma-se, de abstrata em monumental. A decoração do cemitério, túmulos alegóricos, inscrições, mas também os gestos de homenagem e de comemoração que aí se realizam fazem dele então um possível espaço cívico e político (FUREIX 2009, p. 74).

A “ilustre vítima” que povoa esse ensaio histórico, à luz dessas preciosas sugestões, padece de todas as trágicas dimensões do exílio – a morte por afogamento, a mutilação do corpo e o enterro, longe da terra natal (a França) e da pátria familiar e espiritual, o sítio da Cascatinha, na Tijuca.

O resgate dessa condição não passa mais pela contemplação das ruínas, na chave romântica, mas pela interrogação do que elas representam, através do trabalho de desconstrução e reconstrução próprio do historiador, que exigirá um constante movimento de aproximação e distanciamento entre Alfredo e Adriano, dando um significado muito peculiar a esse curioso “ensaio histórico”, escrito sob o influxo desse momento “propício à história” que foi a passagem da monarquia à república.

A exumação real que fora intentada em 1867 será agora realizada, através do texto, pois o que se impõe é, de um lado, encontrar o exato lugar do enterro de Adriano e exumar também os vestígios daquilo que ele, exímio pintor que era, deixou como último testemunho escrito. Era preciso tirar do esquecimento o palácio, suas alfaias, os retratos de D. João e D^a. Carlota, os afrescos, tudo aquilo que ele narrara com o sentimento de um herdeiro que viesse na posse de sua herança. Era preciso comprovar que ele não morrera na obscuridade, mas que tivera um funeral tão importante quanto o de um Vice-Rei, como afirmara o testemunho ocular do velho Cardozo Guaporé.

A solução do enigma, no texto, é repleta de possibilidades sugestivas. Nossa autor vai encontrá-la na narrativa de João Severiano da Fonseca *Viagem ao redor do Brasil, 1875-1878* (FONSECA 1880-1881), publicada em 1880. Que força comprobatória maior poderia haver para esse *estudo histórico* do que as palavras de um estudioso que era irmão do próprio presidente de República, o Marechal Deodoro da Fonseca? Nesse livro, Alfredo Taunay vai encontrar, em longas e belas descrições, todos os pormenores que estavam presentes na carta de Adriano e no testemunho oral de Cardozo Guaporé. Lá estavam os afrescos, as pinturas a óleo, as alfaias, os lambrequins, as cenas que faziam combinar as evocações clássicas (Enéas e Dido), uma Hebe, e os retratos reais. O autor se compraz em transcrever longamente as descrições, parando e comentando a cada passo, comprazendo-se em encontrar, por fim a comprovação triunfante da investigação que por tanto tempo encetara.

Aliás, tudo quanto me narrara o velho preto vi, com verdadeira emoção, confirmado de modo bem expressivo e singular no livro do Sr. João Severiano: o lampadario de Casalvasco lá está mencionado; até o passo do Algre, tão poético e procurado para os *pic-nics* daqueles tempos, os *convescotes*, conforme o neologismo proposto; tudo, sem esquecer as queixas dos matogrossenses contra os cuiabanos, suas tentativas de resistência e nem mais nem menos de separação, e o rancor desde então consagrado à cidade, que despojou de todas as regalias a antiga capital daqueles fundos sertões (TAUNAY 1891, p. 75, grifo do autor).

Confirmação fiel das descrições da cidade e do seu palácio, a obra de João Severiano da Fonseca. Ele soluciona também, de forma cabal, o enigma do lugar do sepultamento de Adriano.

Da capela de Santo Antonio, aquele poético tempo rodeado de tão falado laranjal, conforme nos referira Riedel e cantado pelos dois poetas fraternos, nos dá o Sr. João Severiano valiosa notícia [...] E agora mais

aumenta a minha emoção – e assim consiga eu passá-la ao leitor – pois o ilustre viajante vai referir-se ao ente que inspirou tudo quanto tenho até agora escrito, como que na obsessão de um compromisso triste e grave que eu tinha de desempenhar. No chão dessa capela, calcada de tumbas rasas, estão, de um lado e do outro da capela mó, duas sepulturas, e uma delas e de meu tio, o tão chorado Amado Adriano Taunay “jovem e malogrado artista, diz o Sr. Dr. João Severiano, que em vez de colher os louros e as glórias de seu pai, das quais era legítimo herdeiro, veio, aos 24 anos de idade, morrer desastradamente no porto do Guaporé”.

E aqui me detengo por um pouco, agradecendo de coração ao distinto escritor a honrosa referência que faz à minha família, como homenagem aquele mancebo finado em paragem tão longe do centro de civilização em que vira primeiro a luz do dia (TAUNAY 1891, p. 78).

O texto guarda ainda mais uma curiosa e reveladora surpresa – a identidade daquele que ocupava a outra sepultura, do outro lado da capela-mó. Este era nada menos do que Ricardo Franco, o responsável pela demarcação da sensível fronteira do Guaporé, o responsável pela defesa do Forte Coimbra, em 1801.

Do lado direito da capela de Santo Antonio dos Militares, diz-nos o Sr. Dr. João Severiano da Fonseca, se vê outra sepultura, em cujo tampo de madeira está inscrito o seguinte epítafio:

RFAS
Cte do R C D E
Que gloriosamente defendeu Coimbra
Em 1801
& no mesmo lugar faleceu
Em 21 de Janeiro de 1809
Aqui jaz sepultado
(TAUNAY 1891, p. 78).

37

O tom quase épico com que Alfredo Taunay nos comunica essa descoberta, e as páginas que ela dedica a explicar o translado do herói de Coimbra para o sepultamento em Vila Bela, nos sugerem que o lugar do jazimento de Adriano sofria aqui, também, uma profunda re-significação. O morto não estava mais distante, exilado, ele jazia como herói e sua morte se tornava, de certa forma, uma consagração na história nacional.

A breve conclusão que podemos chegar no final da leitura e da reflexão sobre esse longo e complexo *Estudo Histórico* é que as ruínas que aqui são revisitadas demarcam uma aproximação mas também uma distância entre o topo romântico (da meditação) para o procedimento da interrogação metódica, mais própria do ofício do historiador. As ruínas, vestígios materiais do passado, sobrevivem aqui pelo texto, e são revividas e ressignificadas através dele. Elas desapareceram, mas as palavras sobreviveram e ganharam vida pelo trabalho do narrador. Elas são também suportes de múltiplas temporalidades – o projeto ilustrado, a defesa da fronteira do Império Português, o combate entre a natureza e a civilização, o lugar da juventude, da aventura, da tragédia, mas também o lugar dos episódios e dos homens esquecidos da Guerra do Paraguai.

Resgatada de seu exílio, a “vítima”, se torna “ilustre”. Monumentalizada, a morte vira memória histórica, nesse trabalho de exumar Adriano, resgatar seu corpo do exílio, para sepultá-lo, novamente, no panteão nacional. A inserção de múltiplas camadas de tempo na interrogação das ruínas articulam o movimento contraditório de conjurar e reencontrar Adriano, de identificar-se e distinguir-se, de exumar e voltar a sepultar. É possível sugerir que é ele que circunda e viabiliza o enfrentamento das *Memórias*, que começa em paralelo com a publicação do *Ensaio*. Nesse tempo “propício à História” que foi a primeira década republicana, essa foi a maneira encontrada por Taunay para refletir sobre a morte e sobre o tempo, entretecendo a memória familiar, a memória da guerra, a escrita de si e construindo uma contribuição peculiar para a escrita da história.

Referências bibliográficas

- ALONSO, Angela. **Joaquim Nabuco**: os salões e as ruas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. **Novos estudos**, n. 85, p. 131-148, 2009.
- ARAÚJO, Valdei Lopes. Política como história, como literatura: Um estadista do Império. In: ROCHA, João Cesar de Castro; ARAÚJO, Valdei Lopes de Araujo (Org.). **Nenhum Brasil existe**: pequena encyclopédia. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003, p. 303-312.
- 38
BAREL, A. B. D. **Um Romantismo a Oeste**: Modelo Francês, Identidade Nacional. São Paulo: Annablume, 2002.
- CASTRILLON-MENDES, Olga Maria. Taunay viajante: uma contribuição para a historiografia literária brasileira. **Revista do IEB**, n. 46 p. 217-240, 2008.
- CÉSAR, G. Historiadores e críticos do romantismo: a contribuição européia, crítica e história literária. Rio de Janeiro: LTC; São Paulo: USP, 1978.
- CHATEAUBRIAND, F. R. de. Mémoires d'outre-tombe (1848). Paris: Gallimard; Bibliothèque de la Pléiade, II, 1952.
- CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e Tratado de Madri. Revista de História, v. 1, n. 4, p. 437-452, 1950.
- COSTA, Maria de Fátima. Aimé-Adrien Taunay e os registros dos índios Bororo. **Escrito - Revista da FCRB**, ano VI, n. 6, p. 235-246, 2012.
- _____. Aimé-Adrien Taunay: um artista romântico no interior de uma expedição científica. **Fênix, Revista de História e Estudos Culturais**, v. 4, ano IV, n. 4, 2007.
- _____; DIENER, Pablo. Bastidores da Expedição Langsdorff,.Cuiabá: Ed. Entrelinhas, 2014.
- COSTA, Wilma Peres. Joaquim Nabuco, a Guerra do Paraguai e a Crise do Império. **Ideias**, v. 2, p. 5-30, 2001.

DIAS, Elaine. Paisagem e academia: Félix-Émile Taunay e o Brasil (1824-1851). Campinas: Ed. Unicamp, 2009.

ENDERS, Armelle. "O Plutarco brasileiro". A produção de vultos nacionais no segundo reinado. **Estudos Históricos**, v. 14, n. 25, p. 41-62, 2000.

FLORENCE, Hercules. A expedição do cônsul. Langsdorff no interior do Brasil. **RIHGB**, tomo XXXVIII, n. 1, p. I, 355-469, 1985. (Com continuação nos números seguintes).

FONSECA, João Severiano da. **1836-1897**. Viagem ao redor do Brasil, 1875-1878, Rio de Janeiro: Pinheiro, 1880-1881.

FUREIX, E. **La France des Larmes, La France des larmes**. Deuils politiques à l'âge romantique (1814-1840). Paris: Champ Vallon, 2009.

GOELDI, Emilio. **Ensaio sobre o Dr. Alexandre R. Ferreira**: mormente em relação as suas viagens na Amazonia e sua importancia como naturalista. 1895. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221755>.

GUIMARÃES, L. M. P. O periódico de uma 'société savante': a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889). **ArtCultura**, v. 14, p. 35, 2013.

_____. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

_____. A disputa pelo passado na cultura oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). **Nação e cidadania no Império**: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilizaçao Brasileira, 2007. v. 1, p. 93-122, 2007.

HARDMAN, F. F. Euclides da Cunha, brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides. **Estudos Avançados**, v. 10, n. 26, p. 293-310, 1996.

KANTOR, Íris. 2007. Usos diplomáticos da Ilha Brasil polêmicas cartográficas e historiográficas. **Varia história**, v. 23, n. 37, p. 70-80, 2007.

LIMA, Valéria Alves de. **Academia Imperial das Belas-Artes**: um projeto político para as artes no Brasil. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

MARETTI, M. L. L. **O Visconde de Taunay e os fios da Memória**. São Paulo. Ed. Unesp, 2006.

MARQUESE, R. B. (Org.). **Manual do agricultor brasileiro**: Carlos Augusto Taunay. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MONTENEGRO, José Arthur. **Guerra do Paraguai**: memórias de Mme. Dorothéa Duprat de Lasserre. Rio Grande: Livraria Americana, 1893.

NABUCO, Carolina. **A vida de Joaquim Nabuco**. São Paulo: CEN, 1928.

- NABUCO, Joaquim. **Escritos e discursos literários**. Rio de Janeiro; Paris: Garnier, 1901.
- _____. **Um estadista do Império**: Nabuco de Araujo: sua vida, suas opiniões, sua época. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1899-1900.
- PEDROSA, Mário. Da missão francesa: seus obstáculos políticos. In: ARANTES, Otília (Org.). **Acadêmicos e modernos**. Textos Escolhidos III. São Paulo, Edusp, 1988.
- PUNTONI, Pedro. A Confederação dos Tamoyos de Gonçalves de Magalhães: a poética da história e a historiografia do império. **Novos Estudos**, v. 45, p. 119-130, 1997.
- REIS, J. J. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- Relação histórica de uma oculta e grande povoação antiqüíssima, sem moradores, que se descobriu no anno de 1753, nos sertões do Brasil; copiada de um manuscripto da Biblioteca Publica do Rio de Janeiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**, v. 1, n. 3, p. 193-200, 1839.
- SCHWARCZ, Lilia. **O sol do Brasil**: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- 40** SILVA, Dauzio Gil Bernardino (Org.); KOMISSAROV, Bóris N. et al. (Ed.). **Os Diários de Langsdorff**. Tradução Márcia Lyra Nascimento Egg and others. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff. Rio de Janeiro: Friocruz, 1997.
- STENDHAL. **Vie de Henri Brulard**. Nouvelle édition augmentée. Arvensa Editions, 2015 [1891].
- SUSSEKIND, Flora. Palavras loucas, orelhas moucas: os relatos de viagem dos românticos brasileiros. **Revista USP**, n. 30, p. 94-107, 1996.
- _____. **O Brasil não é longe daqui**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- TAUNAY, Affonso. **A Missão Artística de 1816**. Rio de Janeiro, MEC, 1956.
- _____. **Memórias do Visconde de Taunay**. São Paulo: Melhoramentos, 1948.
- _____. Viagem de regresso de Matto Grosso à Corte. **RIHGB**, t. XXXII, p. 5-51, 1869.
- _____. Relatório geral da comissão de engenheiros junto às forças de Mato-Grosso (1865-1866). **RIHGB**, t. XXXVII, p. 79-177 e 209-339, 1874.
- _____. A cidade do Matto Grosso, Villa Bella, o rio Guaporé e sua mais ilustre vítima. **RIHGB**, t. LIV, 1891.

VENAYRE, Sylvain. Le voyage, le journal et les journalistes au xixe siècle. **Le Temps des médias**, v. 1, n. 8, p. 46-56, 2007.

VOLNEY, C. F. C. **As ruínas, ou meditação sobre as revoluções dos impérios**. Lisboa: Typ. de Desiderio Marques Leão. Tradução de Pedro Cyriaco Silva, 1822.